



REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



PARCEIROS



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Congresso Nacional de Arquivologia (6 : 2014 : Santa Maria)

Congresso Nacional de Arquivologia, 20 a 23 de outubro de 2014, Santa Maria [recurso eletrônico] : Arquivologia, sustentabilidade e inovação / organizado por Débora Flores, Andréa Gonçalves dos Santos e Flavia Helena Conrado ; coord. Daniel Flores.; revisado por Sérgio Ricardo Rodrigues [realização Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul] – Santa Maria : AARS, 2014.

Versão eletrônica. ; il. ; 4 ¾ pol.

ISBN: 978-85-68533-01-7

1. Arquivologia - Congresso. 2. Sustentabilidade. 3. Inovação. I. Flores, Débora., org. II. Santos, Andréa Gonçalves do., org. III. Conrado, Flávia Helena., org. IV. Flores, Daniel., coord. V. Rodrigues, Sérgio Ricardo., revisor V. Título: Arquivologia, sustentabilidade e inovação.

CDU: 930.25:658

Comissão Organizadora do VI CNA



Andrea Gonçalves dos Santos - Mestrado
 Camila Lacerda Couto - Especialização
 Cléo Belício Lopes - Especialização
 Daniel Flores - Pós-Doutorado
 Débora Flores - Mestrado
 Denize Brum Camargo - Graduação
 Flavia Helena Conrado - Mestrado
 Jorge Alberto Soares Cruz - Mestrado
 Maria Cristina Kneipp Fernandes - Especialização
 Mateus de Moura Rodrigues - Especialização
 Raquel Miranda da Silva - Especialização
 Rita de Cássia Portela da Silva - Mestrado
 Rosani Gorete Feron - Especialização
 Valéria Raquel Bertotti - Mestrado
 Viviane Portella de Portella - Mestrado

Comissão Central de Programação Científica



Prof. Dr. Daniel Flores (UFSM) - Presidente
 Prof. Dr. André Zanki Cordenonsi (UFSM) - Membro
 Prof. Me. Jorge Alberto Soares Cruz (UFSM) - Membro
 Prof. Dr. José Maria Jardim (UNIRIO) - Membro
 Prof. Dr. Rafael Port da Rocha (UFRGS) - Membro
 Profa. Ma. Valéria Raquel Bertotti (UFRGS) - Membro

Secretaria de apoio da Comissão Central de Programação Científica



Arquiv. Ma. Andrea Gonçalves dos Santos (FURG) - Membro
 Arquiv. Mnda. Daiane Segabinazzi Pradebon - Membro
 Arquiv. Ma. Flavia Helena Conrado (IFRS/ POA) - Membro
 Arquiv. Ma. Neiva Pavezi (UFSM) - Membro

Comissão de Pareceristas - Avaliadores



Alicia Casas de Barran (EUBCA) - MERCOSUL
Ana Celeste Indolfo (Arquivo Nacional) - Inst. Arquivísticas
Ana Célia Rodrigues - UFF
André Malverdes - UFES
Angelica Alves da Cunha Marques - UnB
Anna Carla Almeida Mariz - UNIRIO
Anna Szlecher (UnC) - MERCOSUL
Aurora Leonor Freixo - UFBA
Beatriz Kushnir (AGCRJ) - Inst. Arquivísticas
Carla Mara da Silva Silva- UFAM
Carlos Augusto Silva Ditadi - Conarq
Carlos Blaya Perez - UFSM
Cíntia das Chagas Arreguy - UFMG
Dhion Carlos Hedlund - FURG
Eliana Maria dos Santos Bahia - UFSC
Eliandro dos Santos Costa - UEL
Eliezer Pires da Silva - UNIRIO
Fernanda Kieling Pedrazzi - UFSM
Flávio Leal da Silva - UNIRIO
Francisco José Aragão Pedroza Cunha - UFBA
Hamilton Vieira de Oliveira - UFPA
Heloísa Liberalli Bellotto - USP
Janilton Fernandes Nunes - UFAM
João Eurípedes Franklin Leal - Conarq
Jorge Eduardo Enriquez Vivar - UFRGS
José Augusto Chaves Guimarães - UNESP
Josemar Henrique de Melo - UEPB
Julianne Teixeira e Silva - UFPB
Katia Isabelli de Bethânia Melo de Souza - UnB
Leandro Ribeiro Negreiros - UFMG
Marcieli Brondani de Souza - UFAM
Margarete Farias de Moraes - UFES
Maria Do Rocio Fontoura Teixeira - UFRGS
Maria Laura Rosas (EUBCA) - MERCOSUL
Maria Leandra Bizello - UNESP
Maria Teresa Navarro de Britto Matos - UFBA
Maria Virginia Moraes de Arana - UFES
Mateus de Moura Rodrigues - FURG
Paulo Roberto Elian dos Santos (Fiocruz) - Inst. Arquivísticas
Lucivaldo Vasconcelos Barros - UFPA
Luiz Eduardo Ferreira da Silva - UFPA
Renato Tarciso Barbosa de Sousa - UnB
Rita de Cassia Portela da Silva - UFRGS
Rosa Zuleide Lima de Brito - UFPB

Rosane Suely Alvares Lunardelli - UEL
Sérgio Renato Lampert - FURG
Sônia Elisabete Constante - UFSM
Telma Campanha de Carvalho Madio - UNESP
Úrsula Blattmann - UFSC
Welder Antônio Silva - UFMG

Comissão de Apoio



Secretária

Melina Pereira

Comissão de Divulgação

Everton Tolves
Pâmela Menezes Flores
André Grendene Azevedo
Maria Eduarda Flores

Comissão de Transportes

Daiane Regina Segabinazzi Pradebon
Comissão Artística
Arion Pilla

Comissão de Projetos

Jonas Ferrigolo Melo
Juliana Kirchhof
Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues

Comissão de Inscrições, Credenciamento e Certificados

Camila Medeiros
Tamiris Carvalho
Catiana Ramiro

Comissão de Infraestrutura

Adriéli Mello
Douglas Duarte

Editoração e Revisão

Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues



Associação dos Arquivistas do RS - AARS

Biênio 2013 - 2015

Diretoria

PRESIDENTA: Débora Flores

VICE-PRESIDENTA: Andrea Gonçalves dos Santos

1ª SECRETÁRIA: Camila Lacerda Couto

2ª SECRETÁRIA: Maria Cristina Kneipp Fernandes

1ª TESOUREIRA: Raquel Miranda da Silva

2º TESOUREIRO: Cléo Belicio Lopes

CONSELHO FISCAL - TITULARES

Denize Camargo

Rosani Gorete Feron

Viviane Portela de Portela

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Daniel Flores

Flavia Helena Conrado

Jorge Alberto Soares Cruz



SUMÁRIO

Sobre o Evento.....	09
AARS.....	11
Comunicações Orais – Eixo Epistemologia da Arquivologia e Formação Profissional.....	12
Comunicações Orais – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	328
Comunicações Orais – Eixo Acesso à Informação.....	370
Comunicações Orais – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais.....	615
Comunicações Orais – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	730
Comunicações Orais – Eixo Gestão Documental.....	949
Comunicações Pôsteres – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais...	1121
Comunicações Pôsteres – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	1143
Comunicações Pôsteres – Eixo Gestão Documental.....	1168
Comunicações Pôsteres – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	1220

SOBRE O EVENTO

VI CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA VI CNA - 2014 Santa Maria - RS

A realização do Congresso Nacional de Arquivologia é o resultado do envolvimento e da cooperação das associações regionais de arquivistas que unem esforços com a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia – ENARA – criada em 2006 durante o II CNA ocorrido em Porto Alegre –, ademais da comunidade arquivística, atuante nas discussões em prol do desenvolvimento da Arquivologia.

Realizar um congresso, grandioso e importante como este para os profissionais arquivistas, é um trabalho árduo, mas também prazeroso, pois é ele um marco para o avanço da teoria arquivística e de suas tecnologias para a comunidade brasileira. Comunidade esta, cada vez mais, exigente e consciente da importância da gestão documental e informacional, considerando não somente a atividade fim da arquivística, mas ainda, sob um olhar na sustentabilidade e nas inovações que contribuem para o desenvolvimento e uma melhor aplicabilidade da gestão documental nas empresas e demais espaços de atuação do profissional arquivista.

Assim, em um congresso nacional como este, é sabido que as discussões geradas neste grandioso evento, espaço para o conhecimento e debates teóricos, enriquecem ainda mais a comunidade científica e ampliam, conseqüentemente, as discussões acerca da Arquivologia e sua teoria no Brasil.

Como contribuição para os profissionais envolvidos no evento, que ocorre na união de uma comunidade nacional em um mesmo espaço, enriquece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, representando, portanto, um elemento importante no desenvolvimento da comunidade científica no âmbito da educação superior contemporânea.

Os congressos nacionais de arquivologia, que vêm acontecendo desde 2004, têm contribuído significativamente às discussões de classe. Cada evento vem carregado de ideias e visões, que ao longo dos dias são debatidas pela comunidade arquivística, resultando assim em novos conceitos, novos conhecimentos, potencializando o papel do arquivista na sociedade contemporânea, sendo o cerne do desenvolvimento de políticas e leis que se tornaram referência em outras áreas do conhecimento.

A realização deste evento é a oportunidade de atualização dos profissionais participantes, explorando novas tendências na gestão documental, trazendo-se temas de abordagem contemporânea e oportunizando, ainda, a presença de palestrantes de renome nacionais e internacionais.

As comissões organizadora e científica somam esforços para apresentar uma programação que venha fomentar amplo debate sobre as questões da atualidade na gestão arquivística e da gestão da informação, com vista a construir uma perspectiva para evidenciar as discussões acadêmica e científica, considerando as diferentes dimensões, na dicotomia: educação superior e vida profissional. Isso significa fortalecer os princípios para com a arquivística e a gestão da informação, propiciando uma formação acadêmica e uma atuação profissional que articule

organicamente com o conhecimento científico, técnico, político e, ainda, uma postura ética.

A interação entre as diversas formações e campos de atuação do profissional, proporciona troca e difusão de conhecimento, pressupondo sujeitos comprometidos com a evolução teórica e tecnológica da sua área de atuação. Desta forma, o evento visa divulgar, refletir e discutir as novas tendências da gestão arquivística e da gestão da informação, integrando seus diversos atores: docentes, discentes, gestores, técnicos, profissionais e comunidade em geral.

Desde a década de 70 o Brasil tem por tradição realizar congressos nacionais de arquivologia. Mas foi o ano de 2004 que ficou marcado em virtude da sequência dos congressos sofrer alteração.

Assim, o I Congresso Nacional de Arquivologia - CNA se realizou na cidade sede do governo federal, Brasília em 2004, tendo como tema “Os arquivos no século XXI”.

O II CNA, se realizou na acolhedora cidade de Porto Alegre em 2006, tendo como tema “Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento”. Este encontro foi um marco para o arquivologia nacional pois neste congresso se criou a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia, a ENARA, que desde então, passou a organizar os CNAs junto com a associação regional do estado sede do congresso.

O III CNA se realizou na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro em 2008, tendo como tema “A Arquivologia e suas múltiplas interfaces”.

O IV CNA se realizou na linda cidade de Vitória em 2010, tendo como tema “A gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas tecnologias da informação”.

O V CNA se realizou na bela cidade de Salvador em 2012, tendo como tema “Arquivologia e internet”.

E agora, o VI CNA, em 2014, se realiza no coração do Rio Grande do Sul, em Santa Maria. É o primeiro congresso nacional que ocorre em uma cidade que não é uma capital, e que nos enche de orgulho poder sediar e acolher estes profissionais que aqui chegam para discutir e compartilhar conhecimentos da Arquivologia.

O VI CNA conta com sessões plenárias apresentando temas como “A Diplomática Contemporânea e a Epistemologia da Arquivologia”, “Inovação em acesso e preservação digital” e “Avaliação de documentos: metodologia, procedimentos e implicações”. O evento conta também com quatro mini-cursos: “Preservação digital”, “Diplomática contemporânea”, “O documento arquivístico digital” e “ISO30300” com ministrantes do Brasil, Espanha e Portugal, além das comunicações orais e apresentação de pôsters.

As apresentações foram divididos por eixos temáticos: Epistemologia da Arquivologia e formação profissional, Inovação e sustentabilidade em arquivos, Acesso à informação, Documentos arquivísticos digitais, Patrimônio Documental e memória e Gestão Documental.

A AARS

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS), criada em 1999, surgiu a partir da extinção dos Núcleos da Associação dos Arquivistas Brasileiros em julho de 1998, quando os associados do Núcleo Regional do RS se reuniram e, após muita discussão, aprovaram a constituição de uma associação estadual. Na ata de fundação, constavam 32 associados, que, com muita disposição, conseguiram criar uma entidade forte e reconhecida nacionalmente. A Associação é dirigida por uma diretoria eleita por dois anos.

Atualmente, a AARS conta com mais de 270 associados, já foi representante das associações de classe no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e Coordena a gestão da Executiva Nacional de Associações de Arquivologia do país até a realização do VI CNA. No ano de 2007, a AARS conseguiu sua inscrição na Seção de Associações Profissionais - SPA, do Conselho Internacional de Arquivos CIA. Em 2006, a Associação promoveu o II Congresso Nacional de Arquivologia, com aproximadamente 500 participantes. E hoje, mais uma vez reafirma sua dedicação em prol dos profissionais arquivistas.

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul tem por objetivos: a) promover a defesa dos interesses dos profissionais que atuam na área da arquivologia; b) incrementar estudos para melhorar o nível técnico e cultural dos profissionais de arquivo; c) cooperar com os órgãos governamentais e entidades nacionais e internacionais; públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos; d) promover a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho arquivístico, por meio de estudos, congressos, conferências, exposições, cursos, seminários, mesas redondas, e outras atividades; e) estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres; f) participar dos eventos que se relacionem com as atividades da área; g) colaborar com o Arquivo Nacional, os arquivos estaduais e municipais, no desenvolvimento de políticas de arquivo; g) a representação judicial ou extrajudicial dos associados mediante autorização da Assembleia Geral.

A atual diretoria da AARS tomou posse em 29 de julho de 2013, e tem seu mandato até julho de 2015. Além das atividades de defesa profissional, como divulgação da regulamentação da profissão, intervenções em concursos irregulares com vagas para arquivista, cursos de capacitação e treinamentos, a AARS enfrenta em 2014 um novo desafio. Após sediar em 2006 o então II Congresso Nacional de Arquivologia, a AARS recebe novamente o evento, porém na sua VI edição.



COMUNICAÇÕES ORAIS

EIXO:

***PATRIMÔNIO
DOCUMENTAL E
MEMÓRIA***

FACETAS DE UM ARQUIVO PESSOAL

José Francisco Guelfi Campos

RESUMO

Partindo de experiência realizada com o arquivo de Samuel Barnsley Pessoa, importante nome da medicina brasileira, discutimos as especificidades da lógica de acumulação documental nos arquivos pessoais, os enfrentamentos teóricos na formulação de uma estratégia de descrição e debatemos seu estatuto em face da teoria arquivística tradicional, bem como a validação dos documentos acumulados por indivíduos para os estudos em diversas áreas do conhecimento.

Palavras-chave: Arquivos pessoais. Descrição documental. Teoria arquivística.

ABSTRACT

From the experiment conducted with the archives of Samuel Barnsley Pessoa, an important representative of Brazilian medicine, we discuss the specificities of individuals' recordkeeping, the theoretical dilemmas in formulating a strategy for archival description, and the status of personal archives within traditional archival theory as well as their validity as privileged sources for studies in varied fields of knowledge.

Keywords: Personal archives. Archival description. Archival theory.

1. “O médico na luta pela paz”

Em reunião do Conselho Nacional do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, realizada no Rio de Janeiro, entre 9 e 11 de março de 1956, Samuel Barnsley Pessoa, àquela altura já consagrado professor da cadeira de Parasitologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, proferiu conferência de título sugestivo, que tomamos de empréstimo nessa seção destinada a traçar, ainda que em linhas muito gerais, seu perfil biográfico. Em “O médico na luta pela paz”, Pessoa discorre sobre o perigo representado pelas armas atômicas e o papel da comunidade médica na luta pelo desarmamento. Mas não para por aí, estendendo suas reflexões para o problema da mortalidade no Brasil, a necessidade de investimento em Saúde Pública e a relação entre miséria e paz, explorada sob o prisma da experiência vivida por ele em missões e visitas aos serviços de saúde nos estados de Sergipe e da Paraíba.

O texto da conferência, publicado em um jornal de São Paulo no início do mês de abril daquele ano²⁸⁸, parece-nos um bom ponto de partida para sondar a

²⁸⁸ PESSOA, S.B. O médico na luta pela paz (I) e (II). *Notícias de Hoje*, São Paulo, 4 e 5 de abril de 1956. CAPH, SBP 1.115.1.

figura e a personalidade de Samuel Pessoa. Poderíamos, a bem da verdade, recorrer às biografias, não fossem elas escassas, publicadas geralmente sob a forma de necrológio, quando de seu falecimento, aos 78 anos de idade, em setembro de 1976.

A expressão pensativa, o rosto quadrado, de traços um tanto duros, e a vasta cabeleira branca, cuidadosamente penteada para trás, flagrados no retrato tirado à beira da bancada no laboratório, não permitem ao expectador captar o essencial de sua personalidade: um pesquisador comprometido, incansável; um entusiasta da militância política, interesse compartilhado com sua esposa, dona Jovina Álvares Pessoa, uma das mais ativas militantes do Partido Comunista Brasileiro; um pensador preocupado com as mazelas sociais e as moléstias que matavam os brasileiros. Esses traços, somados à competência reconhecida por seus pares, combinaram-se de maneira singular na produção intelectual daquele que, com efeito, pode ser considerado um dos mais importantes parasitologistas brasileiros.

FIGURA 1 – Samuel Pessoa em seu laboratório (sem data)



Fonte: Fundo Samuel Barnsley Pessoa, Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda” (USP).

Ao longo de sua prolífica carreira, Samuel Pessoa publicou 17 livros e monografias, 351 artigos científicos em periódicos no Brasil e no exterior, além de 59 textos veiculados na grande imprensa. Ainda que em sua época tenha alcançado reconhecimento entre seus pares e inspirado gerações de alunos – um de seus

livros mais importantes, o manual *Parasitologia médica*, lançado em 1948, foi editado até o final da década de 1980, constituindo referência obrigatória na formação de médicos em todo o Brasil –, pouco se sabe sobre Samuel Pessoa, talvez por seu caráter simples, reservado, pouco dado à fama e à autopromoção. Sua simplicidade no modo de viver e no trato com os colegas de profissão é marca reconhecida nos depoimentos de seus ex-alunos e orientandos, publicados em sua homenagem quando da publicação póstuma de seu estudo *Ensaios médico-sociais*.²⁸⁹

Samuel Pessoa nasceu em São Paulo, em 31 de maio de 1898. Concluiu os estudos primário e secundário no Ginásio Anglo-Brasileiro (tinha, por parte da mãe, Anna Barnsley, ascendência britânica) e ingressou na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (atual Faculdade de Medicina da USP) em 1916. Em 1922, conclui o curso médico, defendendo tese já na área da parasitologia, publicada, naquele mesmo ano, no *Boletim do Instituto de Hygiene de São Paulo*.²⁹⁰

Iniciou sua carreira profissional ainda no tempo da graduação, tendo sido auxiliar acadêmico no Instituto de Higiene de São Paulo (atual Faculdade de Saúde Pública da USP). Ao concluir o curso médico, atuou como pesquisador junto à Fundação Rockefeller, estudando temas ligados à higiene rural, assunto sobre o qual, anos mais tarde, escreveria um livro: *Problemas brasileiros de higiene rural*. Ainda em 1922, inicia sua produção bibliográfica, publicando artigos científicos em colaboração com pesquisadores estrangeiros.

Para Samuel Pessoa, o dever médico e a preocupação social eram elementos de uma mesma equação. Em sua área de especialização, desenvolveu pesquisas voltadas para o combate das doenças que atingiam, sobretudo, o homem do campo, razão pela qual foi chamado de “o médico dos camponeses”²⁹¹. Homem de ciência, imprimiu ao departamento de Parasitologia a sua marca, liderando-o

²⁸⁹ A primeira edição de *Ensaios médico-sociais* data de 1960. Em 1978, o livro ganha segunda edição, organizada e prefaciada por José Ruben Ferreira de Almeida Bonfim e David Capistrano da Costa Filho.

²⁹⁰ Sua tese, intitulada “Estudo dos componentes de óleo essencial de chenopódio: sua aplicação na profilaxia da ancylostomose”, não se encontra no acervo das bibliotecas da Universidade de São Paulo.

²⁹¹ Assim o denominou o jornalista Rosnel Bond (2005).

desde seu ingresso por concurso público, em 1931, na Faculdade de Medicina de São Paulo, fato muito noticiado pelos jornais da época.²⁹²

Por sua militância política pagaria um preço alto: em 1964, ano do golpe com o qual se iniciou a ditadura militar no Brasil, torna-se alvo de um Inquérito Policial Militar instaurado na Faculdade de Medicina destinado a apurar e investigar as atividades de professores comunistas. Sua esposa, dona Jovina, fora presa anos antes, em 1948, também em razão de sua militância num momento em que o “partidão” caía, uma vez mais, na ilegalidade. Já idoso, com a saúde abalada – como atesta a petição encaminhada por seu advogado, em favor de sua soltura –, Samuel também é detido, em 1975, na sede da Operação Bandeirantes (OBAN), onde passa por severo interrogatório.

FIGURA 2 – Manchete de *O Globo* (24 de setembro de 1952)



Fonte: Fundo Samuel Barnsley Pessoa, Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda” (USP)

Ao longo de sua carreira, Pessoa colocou sua experiência e seu conhecimento a serviço da educação e da ciência. Na década de 1950, integrou seleta comissão internacional de personalidades científicas, encarregada de analisar os fatos concernentes aos efeitos da guerra bacteriológica na China e na Coreia, o que o levou a visitar cidades desses dois países. O tema do perigo das armas

²⁹² A Faculdade de Medicina de São Paulo, fundada em 1912 como Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, foi incorporada à Universidade de São Paulo em 1934. O noticiário sobre o concurso prestado por Samuel Pessoa, àquela época o mais jovem catedrático da faculdade, encontra-se em seu arquivo.

atômicas predomina em diversas conferências que proferiu e em artigos que publicou na grande imprensa. De volta ao Brasil, prosseguiu sua rotina na docência e na pesquisa, realizando missões em estados do Nordeste, organizando serviços de saúde e colaborando para o estabelecimento de cursos de medicina em diversas universidades, tarefa que intensificou após sua aposentadoria, em 1956.

Uma vez afastado da Faculdade de Medicina da USP, promoveu uma guinada na orientação de suas pesquisas, estudando parasitologia em serpentes, no Instituto Butantan, tema que estudou até o fim da vida, estabelecendo-se também como referência nesse campo de investigação.

2. UM ARQUIVO DE QUEM?

Em uma estante, cinco grandes caixas de papelão, nas quais se lia a inscrição “Arquivo Samuel B. Pessoa” grafada em tinta preta. No primeiro contato com os documentos, a expectativa de estar diante de um arquivo capaz de refletir as atividades e os eventos de um dos mais importantes parasitologistas do Brasil.

O arquivo de Samuel Pessoa chegou ao Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda” (CAPH) em 25 de outubro de 2011. Doado pelos netos do titular, o fundo começou a ser organizado em maio de 2014.²⁹³ O histórico da custódia – ou a história arquivística, como define a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (2006) – é incerto, mas é possível perscrutar os caminhos e descaminhos percorridos pelo arquivo a partir da análise de sua composição.

Qual não foi a surpresa ao constatar que, uma vez retirados os documentos do acondicionamento em que se encontravam, a parcela correspondente ao período em que viveu Samuel Pessoa preenchia tão somente pouco mais de três caixas-arquivo. Contudo, restavam outros documentos, alguns deles datados do início da década de 2000, excedendo em quase trinta anos a data de falecimento do suposto titular.

²⁹³ O trabalho de organização e descrição do arquivo de Samuel Pessoa foi desenvolvido por José Francisco Guelfi Campos e Rogério Ricciluca Matiello Félix, em projeto levado a cabo em colaboração entre o Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda” (CAPH – USP) e a Casa de Oswaldo Cruz (COC – FIOCRUZ). Agradecemos a Aline Lopes de Lacerda (FIOCRUZ) e Ana Maria de Almeida Camargo (USP) por acompanharem o andamento das atividades em reuniões periódicas, e também a Márcia Regina Barros da Silva, diretora do CAPH.

Após a morte de Samuel Pessoa, seus documentos ficaram em poder de dona Jovina Álvares Pessoa, sua viúva. A ela coube responder as inúmeras cartas de condolências, guardadas junto os documentos do marido. E também ela, mulher ativa e engajada, continuou a alimentar seu próprio arquivo, num movimento absolutamente natural de acumulação documental, levado a cabo ao sabor do tempo e em razão de suas atividades rotineiras e interesses intelectuais. Daí se compreende a presença inusitada de documentos cuja relação com a figura de Samuel Pessoa não pode ser traçada à primeira vista, como a extensa coletânea de artigos sobre a Guerra das Malvinas, no início da década de 1980, assunto que, ao que tudo indica, acompanhou com redobrado interesse. Somam-se a tais documentos tantos outros, além de livros e fotografias.

Não obstante, os documentos de Samuel e Jovina Pessoa passaram ainda por outras mãos, as de sua filha, Dulce Helena Pessoa Ramos. Professora do departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, Dulce reconhecia nos documentos de seu pai um conjunto relevante de fontes para a pesquisa histórica. Segundo conta Ana Maria de Almeida Camargo, Dulce Helena sempre manifestou o desejo de organizar o arquivo de Samuel Pessoa, tendo iniciado o trabalho com os documentos. De fato, alguns documentos encontrados (quadros de classificação, etiquetas, livros sobre a história da medicina e textos diversos sobre descrição documental) revelam as iniciativas de Dulce no intento de classificar e descrever o arquivo, tendo ela acrescentado ao arquivo cópias de documentos e fontes sobre a genealogia da família Barnsley, da qual descendia Anna Barnsley, mãe de Samuel, além de documentos próprios, como a reportagem fotográfica da cerimônia de inauguração do busto de Samuel Pessoa no Instituto de Ciências Biomédicas da USP, ocasião em que coube a ela representar a memória de seu pai e receber as homenagens a ele prestadas.

Estamos diante, portanto, de um arquivo que se compõe de três camadas distintas, não necessariamente complementares, o que nos leva a questionar sua titularidade. De um lado, um conjunto de documentos que, por seu conteúdo e datas-limite, pode ser considerado como o arquivo de Samuel Pessoa, de outro, documentos relacionados ou não ao cientista, colecionados por sua esposa, Jovina, e por sua filha, Dulce. Trata-se, afinal, do arquivo de quem?

Para efeitos do trabalho de descrição documental, a opção feita, num primeiro momento, foi contemplar apenas os documentos cujas datas se enquadravam no

período de vida de Samuel Pessoa, sabendo que, em todo caso, alguns deles podem ter sido acumulados tanto por ele quanto por dona Jovina, em razão de interesses comuns, o que se manifesta, sobretudo, nos exemplares relacionados à militância política.

3. A CONSTITUIÇÃO DOS ARQUIVOS PESSOAIS

De acordo com Catherine Hobbs (2010), os chamados arquivos pessoais se originam dos desejos e predileções de seus criadores, que preservariam os documentos por razões que escapam à utilidade administrativa ou às exigências legais, observações apenas em parte verdadeiras, que merecem maior atenção.

Todos nós, anônimos ou famosos, constituímos arquivos. E o fazemos em função de duas forças distintas: por um lado, conservamos determinados documentos porque precisamos deles para viabilizar nossas atividades rotineiras, para provar o cumprimento de deveres e garantir o exercício de direitos civis, ou porque nos identificam formalmente no mundo do Direito; por outro, preservamos materiais de natureza variada, acumulados por razões diversas: práticas religiosas, relacionamentos sociais, familiares ou amorosos, manutenção dos laços afetivos, *hobbies*, idiosincrasias, opções políticas, posicionamentos intelectuais... Trata-se, com efeito, dos documentos “discricionários” de que nos fala Luciana Duranti (1996), pois não decorrem dos fatos juridicamente relevantes que motivam a produção daqueles que conservamos por *obrigação*. Contudo, embora a produção desses documentos que guardamos por *vontade* (bilhetes, cartas de amor, diários íntimos, retratos fotográficos, entre tantos outros) não seja regulada por dispositivos legais, não deixa de atender a certos padrões sociais, o que os torna também passíveis de uma abordagem diplomática.²⁹⁴

Os contornos imprecisos da documentação acumulada por indivíduos têm dado origem a curiosas considerações sobre a constituição dos arquivos pessoais. Tem sido frequente, no campo das discussões teóricas, atrelar os arquivos de pessoas ao desejo supostamente manifestado por seus titulares de se projetar na posteridade ou de destilar, por meio dos documentos, determinada autoimagem. Tais

²⁹⁴ Ana Maria Camargo (1998) demonstra as possibilidades de se proceder a uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais, tomando por base de sua análise um curioso tipo documental, a “participação de casamento”, apresentado em formato inusitado: um pequeno livro de poesia.

abordagens, entretanto, acarretam um efeito perverso: ao supervalorizarem o papel da intencionalidade no processo de acumulação documental, enxergando nos arquivos o resultado de uma “narrativa de si” cuidadosamente arquitetada – como defendem McKemmish (1996), Gomes (1998) ou Heymann (2012) –, acabam por destituir esses conjuntos documentais de sua condição de arquivos no sentido estrito do termo, ou seja, conjuntos solidários, cujos itens se interligam de modo indissociável por força da organicidade, característica que incide de maneira contundente também sobre os arquivos pessoais. Fossem eles mero agrupamento arbitrário de papéis, motivado por outra razão que não a *funcionalidade* dos documentos, não seriam arquivos, mas outra coisa: é o caso do “arquivo fictício” de Naomi V. Jelish, obra de arte criada pelo inglês James Shovlin, interessante exemplo comentado por Camargo (2009).

Por suas especificidades, os arquivos pessoais submetem, a todo momento, a teoria arquivística tradicional a implacável crivo, o que não significa que não sejam suscetíveis a um tratamento técnico firmemente embasado nos princípios preconizados pela Arquivologia.

4. Descrevendo um arquivo pessoal

Os arquivos pessoais são, de fato, bastante especiais e não é de hoje que desafiam os arquivistas dedicados a organizá-los e descrevê-los. Passando em revista os estudos clássicos da teoria arquivística, nota-se que não constituíram matéria de interesse para toda uma geração de arquivistas. O silêncio de autores como Hilary Jenkinson (1922 [1937]) e Theodore Roosevelt Schellenberg (1956 [2006]) denuncia o “lugar e o não-lugar” – para tomar de empréstimo a definição de Catherine Hobbs (2010) – ocupado pelos arquivos acumulados por indivíduos no desenvolvimento das correntes do pensamento arquivístico. Curiosamente, Rob Fischer (2009) propõe uma leitura enviesada dos estudos de Jenkinson e Schellenberg, partindo do pressuposto de que os autores, ao definirem de maneira tão clara os arquivos institucionais em contraposição às “coleções de manuscritos”, talvez tenham, mesmo que involuntariamente, colaborado para definir as características dos arquivos privados²⁹⁵. Seu intento, contudo, vai na direção de

²⁹⁵ Na tradição anglófona, os arquivos pessoais, usualmente denominados pelo termo *manuscripts*, são considerados parte dos chamados arquivos privados (*private archives*), conceito que engloba

buscar obter, nas entrelinhas, uma definição desses arquivos a partir de sua negação.

Ainda que, em 1928, Eugenio Casanova os tenha contemplado em sua definição do conceito de arquivo, a ideia de que os conjuntos documentais acumulados por pessoas constituem arquivos dotados de organicidade, configurando, no dizer de Bruno Delmas (2010), conjuntos “solidários”, não encontrou espaço nas considerações de seus contemporâneos. Em debate com Terry Cook, Heloísa Bellotto (1998) assinala o aquecimento em torno do debate sobre a natureza e a composição desses arquivos, indicando quão recente é o movimento de reconhecimento do estatuto arquivístico dos chamados “arquivos pessoais”. Não à toa, foi necessário que Ana Maria de Almeida Camargo (2009) argumentasse, onze anos depois do debate entre Bellotto e Cook, em favor da necessidade de se estabelecer estratégias adequadas para o tratamento e descrição desses arquivos.

A classificação dos arquivos pessoais vem atendendo, com bastante frequência, a critérios variados, geralmente temáticos, que além de denotarem certa artificialidade, contribuem para obscurecer o real potencial informativo dos documentos. É o caso da metodologia desenvolvida pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, o CPDOC, iniciativa pioneira que inspirou trabalhos em diversas instituições de custódia no Brasil. Ao preconizar a ordenação física da documentação em dossiês, não apenas atrela a organização física à representação intelectual, como acaba por reunir documentos de natureza distinta em função de artifícios classificatórios que resvalam em categorias que remetem a termos genéricos (documentos pessoais, recortes de jornal, correspondência, produção intelectual...), além da capciosa série de “documentos diversos”, nada esclarecedora de sua composição.²⁹⁶

Não é difícil perceber as incongruências de semelhante recurso. Por essa razão, Camargo e Goulart (2007) propuseram uma estratégia alternativa, solidamente fundamentada nos princípios arquivísticos, primando pela classificação dos documentos em função de seus *contextos originários*. É a chamada “abordagem contextual dos arquivos pessoais”, inicialmente gestada para a descrição do arquivo

também os arquivos de organizações de direito privado.

²⁹⁶ Exemplos de quadros de classificação de arquivos pessoais custodiados pela instituição, bem como a fundamentação do método por ela preconizado, podem ser encontrados no manual *Metodologia de organização de arquivos pessoais* (Centro..., 1998). Ver referências.

do político integralista Plínio Salgado²⁹⁷ e melhor desenvolvida para a organização do arquivo do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, método que vem introduzindo saudável e necessária renovação no quadro dos estudos teóricos sobre o tema e sua aplicação prática.

Para as autoras, a abordagem comprometida com os fundamentos da teoria arquivística deve tomar por base, necessariamente, a razão primeira pela qual os documentos foram produzidos e acumulados, representada tanto pelas atividades rotineiras quanto pelos eventos vivenciados pelo titular, elementos que configuram o nexo que interliga os diferentes documentos do fundo. Para tanto, faz-se imperativa a adoção do método funcional, acompanhada de denso exercício de pesquisa sobre a trajetória da entidade produtora do arquivo, o que resulta, em paralelo, na produção de minuciosa cronologia em que se dispõem, no tempo e no espaço, os elementos que dão sentido aos documentos e garantem sua coesão quando considerados em conjunto.

Na etapa de identificação documental, os itens que compõem o arquivo, abordados unitária ou serialmente, devem ser caracterizados em função de seus aspectos formais (tipo documental, técnica de registro, suporte, extensão, forma, formato, quantidade de exemplares, data e local de produção...) e dos dados que permitem resgatar as razões e circunstâncias de sua produção e acumulação: a função do arquivista, nesse estágio do trabalho, é justamente distinguir e nomear os contextos originários dos documentos, representando-os por meio de termos padronizados e conceitualmente definidos, indicativos dos *tipos de atividade ou evento*. Engana-se quem pensa que se trata de tarefa fácil: a ausência de datas, a informalidade na transmissão do conteúdo de certos documentos e o reaproveitamento de um documento qualquer para registro de outras informações (um recado, o apontamento de uma ideia importante ou de um número de telefone colhido às pressas, por exemplo), entre tantas outras situações inusitadas, mas frequentes nos arquivos pessoais, são fatores complicadores da descrição que nem sempre podem ser resolvidos mesmo depois de intensa pesquisa. É por isso que se faz também necessário prestar atenção àquilo que os documentos não dizem, sua disposição física quando recolhidos junto ao doador ou nas caixas em que são transferidos à instituição de custódia, bem como as etiquetas e separadores

²⁹⁷ O arquivo de Plínio Salgado encontra-se no Arquivo Municipal de Rio Claro (SP). Ver Camargo (1988).

utilizados pelo próprio titular ou por outra pessoa que tenha, previamente, organizado o arquivo.²⁹⁸

Como se disse, Dulce Helena, filha de Samuel Pessoa – e talvez também o tenha feito dona Jovina, sua viúva – iniciou a separação dos documentos, na tentativa de organizar o fundo. Para tanto, estabeleceu categorias (por vezes enigmáticas) que representam ora eventos ora a descrição do conteúdo dos itens documentais. Registrou ainda certas anotações, “lembretes” sobre circunstâncias que julgava importantes para a compreensão dos documentos. É o que se verifica, por exemplo, em um envelope identificado com a inscrição “Caso Butantan 1975”, em que se lia, num de seus cantos, a pequena nota grafada a lápis: “P/ não esquecer: Zeferino Vaz – o inspirador da maldade – segundo S. Pessoa”²⁹⁹. Dentro desse envelope havia uma porção de documentos, vestígios da série de eventos que culminou no pedido de demissão de Samuel Pessoa. Para efeitos da descrição documental, coube-nos o trabalho de designar os contextos originários por meio de novos termos, menos atrelados à lógica de pensamento de Dulce Helena e, portanto, mais inteligíveis aos futuros usuários do arquivo.

QUADRO 1 – Tipos de atividades/eventos empregados na contextualização dos documentos³⁰⁰

<i>Termos utilizados por Dulce Helena Pessoa Ramos em etiquetas e separadores</i>	<i>Tipos de atividades/eventos empregados nas fichas de identificação documental</i>
“Caso Butantã 1975”	• Demissão
“Faculdade de Medicina – Fotos – Colegas”	• Formatura
“Homen. Nome de Rua”	• Homenagem póstuma
“Jornais Estudantis textos – S. Pessoa Produção Científica”	• Publicação
“Recortes/Políticos”	• Militância

²⁹⁸ Sobre o princípio da ordem original e sua relação com os arquivos pessoais, ver a interessante discussão feita por Jennifer Meehan (2010).

²⁹⁹ Zeferino Vaz (1908-1981) foi professor de zoologia e parasitologia da Faculdade de Medicina Veterinária da USP. Foi também diretor-fundador da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Na década de 1960, foi um dos criadores da Universidade Estadual de Campinas, tendo sido reitor dessa instituição entre 1966 e 1978.

³⁰⁰ Agradecemos a Rogério Ricciluca Matiello Félix, estagiário do projeto de organização do arquivo de Samuel Pessoa, pela compilação dos termos utilizados por Dulce Helena e formatação desse quadro.

“SBP Beca Formatura”	<ul style="list-style-type: none"> • Formatura
“Títulos Honoríficos”	<ul style="list-style-type: none"> • Homenagem • Titulação honoris causa
“Vida Escolar”	<ul style="list-style-type: none"> • Discência
“Vida Profissional”	<ul style="list-style-type: none"> • Docência • Pesquisa

Fonte: elaborado pelo autor

Quanto maior a projeção que logra alcançar o titular na posteridade, mais fácil se torna a investigação a que deve proceder o arquivista para a elaboração da cronologia – que, uma vez alimentada com os documentos correspondentes aos eventos nela consignados, equivale ao plano de classificação do fundo –, dado que, em tese, abundam as biografias, depoimentos e outros materiais de apoio para a pesquisa sobre sua vida. Embora Samuel Pessoa não tenha se tornado, após a morte, um anônimo, tampouco seu nome permaneceu em grande evidência para além do meio restrito em que circulou. Mesmo entre as mais recentes gerações de estudantes de Medicina, seu nome, perpetuado pelos inúmeros estudos que deixou, já não ecoa com a mesma intensidade, efeito do desenvolvimento de uma ciência que se renova veloz e constantemente, em que quanto mais recuados no tempo, menos aplicação têm os trabalhos das gerações anteriores.

Dotados de qualidade singular, qual seja, a autorreferência, os próprios documentos de arquivo assumem papel fundamental na identificação dos eventos e das atividades que indicam seus contextos originários e que, uma vez sistematizadas, convertem-se em categorias de classificação. Transformados em verbetes padronizados, os eventos são registrados linearmente na cronologia em função da passagem do tempo, acompanhados das referências dos documentos a eles atrelados, reunidos em séries estabelecidas em função dos tipos documentais, em consonância com a definição do conceito oferecida por Bellotto e Camargo (2010, p. 76).

QUADRO 2 – Extrato selecionado da cronologia de Samuel Pessoa (em sua fase de elaboração)

1898	
1	Nasce, em 31 de maio, em São Paulo.
1931	

- | | |
|-------------|--|
| 1 | Trabalha como inspetor sanitário, no Serviço Sanitário de São Paulo. |
| 2 | Trabalha como médico chefe do Posto Experimental da Inspetoria de Profilaxia Geral do Serviço Sanitário de São Paulo. |
| 3 | É aprovado em concurso para a cátedra de Parasitologia, na Faculdade de Medicina de São Paulo. |
| 1945 | |
| 1 | Atua como membro agregado junto à Comissão de Malária da Repartição Sanitária Pan-Americana. |
| 2 | Preside a comissão executiva do Movimento Médico Pró-Anistia, em São Paulo.
Documento: discurso: 1.3.2 |
| 1952 | |
| 1 | Participa como membro da Comissão Internacional encarregada de analisar os fatos concernentes aos efeitos da guerra bacteriológica na China e na Coreia.
Documentos: carta de pedido de informação: 1.4.2, convite: 1.4.3 |
| 1964 | |
| 1 | Inquérito policial militar para investigação das atividades de professores e pesquisadores da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.
Documentos: carta de denúncia: 1.5.1, depoimentos: 1.7.1 |
| 1975 | |
| 1 | É eleito patrono do 11º Congresso da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical.
Documento: carta de agradecimento: 1.1.7 |
| 2 | Participa, na condição de patrono, do 11º Congresso da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, de 23 a 28 de fevereiro, no Rio de Janeiro.
Documentos: carta de agradecimento: 1.1.7, convite: 1.1.6 |
| 3 | Participa, na condição de orador, da sessão inaugural do 4º Congresso Médico do Oeste Paulista, de 10 a 13 de setembro. |
| 1976 | |
| 1 | Participa de sessão extraordinária da Congregação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, no Instituto Oscar Freire, em São Paulo.
Documento: convite: 1.4.1 |
| 2 | Falece, em 3 de setembro, em São Paulo. |

Fonte: elaborado pelo autor

A padronização dos verbetes assinalados na cronologia, bem como das rubricas que indicam os tipos de atividades e eventos que contextualizam os

documentos, permite a construção de índices específicos que facilitam ao usuário localizar as fontes segundo seus interesses particulares. Glossários, sobretudo das espécies documentais, são recursos igualmente imprescindíveis na complexa tarefa de tornar o arquivo acessível a mais ampla gama de usuários em potencial.

Há muito tempo, os arquivos de natureza pessoal constituem fontes relevantes para os historiadores, como sinalizam Artières e Kalifa (2002). Embora as transformações da historiografia, encetadas com maior força a partir do movimento ao qual se consagrou denominar “nova história”, tenham modificado a relação entre os pesquisadores e as fontes, ampliando o leque de possibilidades de análise e campos de estudo, é bem verdade que o público especializado, composto em grande parte por historiadores, ainda constitui parcela relevante da clientela das instituições arquivísticas, justamente porque nelas se concentra a matéria-prima da investigação histórica.

Contudo, na esteira das transformações sociais amplia-se, a cada dia, a gama de usuários dos arquivos e a função social das instituições de custódia adquire novo sentido. Não mais entendidos como meros celeiros de papel, os arquivos e centros de documentação vêm desempenhando papel proeminente como agentes ativos no movimento de produção do conhecimento, na significação da(s) identidade(s) dos grupos comunitários e como coadjuvantes estratégicos na gestão dos negócios de diversas organizações. Cabe aos arquivistas prestar atenção a esse movimento de democratização do acesso aos arquivos, sem renunciar aos preceitos e princípios que credenciam a arquivologia como disciplina autônoma. Vale ter em mente aquilo que a arquivista alemã Angelika Menne-Haritz (2001) expressou de maneira particularmente feliz: arquivos abertos significam possibilidade de resposta às perguntas manifestadas pelos usuários. Para tanto, faz-se necessário garantir a manutenção da qualidade essencial dos documentos de arquivo, a organicidade, amparando de maneira responsável o trabalho de pesquisadores especializados e do público em geral e assegurando a compreensão dos documentos em relação às circunstâncias de sua produção e de sua acumulação.

O arquivo de Samuel Pessoa representa facetas pouco exploradas de seu titular, de suas opções intelectuais e de seu compromisso social atrelado à pesquisa científica e à prática médica, além de flagrantes da vida privada, do relacionamento social e familiar, que permitem a compreensão matizada do fazer científico no Brasil, a inserção dos pesquisadores brasileiros no contexto da ciência global e, por que

não, da própria história da Faculdade de Medicina da USP e de outras instituições às quais se vinculou ao longo de sua carreira profissional. Complementado pelos documentos deixados por sua esposa, o arquivo guarda ainda a possibilidade de averiguar os rastros da malha de relacionamentos cultivada por Samuel Pessoa, bem como oferece testemunho expressivo do entusiasmo militante partilhado pelo casal.

A despeito de sua pequena extensão, as muitas questões que impõe ao trabalho arquivístico, tanto do ponto de vista de sua composição, quanto do intrincado histórico de sua custódia e sua descrição, brindam aos arquivistas matéria valiosa para o debate acerca do tratamento dos arquivos pessoais, constituído na indispensável articulação entre teoria e prática, essencial para o desenvolvimento do pensamento no bojo uma ciência que se distingue justamente por seu caráter fundamentalmente aplicado.

REFERÊNCIAS

ARTIÈRES, Philippe; KALIFA, Dominique. Présentation: l'historien et les archives personnelles: pas à pas. **Sociétés & Représentations**, Paris, n. 13, p. 7-15, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria de Almeida (coord.). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. São Paulo: Centro de Memória da Educação/FE-USP; FAPESP, 2010.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 201-207, 1998.

BOND, Rosnel. O médico dos camponeses. **A Nova Democracia**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 27, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-27/555-o-medico-dos-camponeses>> Acesso em: 19 jun. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, p. 26-39, jul.-dez. 2009.

_____. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 169-174, 1998.

_____. Arquivos pessoais: uma proposta de descrição. **Arquivo**: boletim histórico e informativo, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 21-24, jan.-dez. 1988.

CASANOVA, Eugenio. **Archivistica**. Siena: Arti Grafiche Lazzeri, 1928.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. Trad. Danielle Ardaillon. Rev. Técnica Heloísa Liberalli Bellotto. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DURANTI, Luciana. Los conceptos de hecho y acto y la función de un documento con relación a ellos. In: **Diplomática: usos nuevos para una antigua ciencia**. 1. ed. en castellano. Traducción, prólogo y presentación de Manuel Vázquez. Carmona: S&C, 1996. (Biblioteca Archivística, 5).

FISCHER, Rob. In search of a theory of private archives: the foundational writings of Jenkinson and Schellenberg. **Archivaria**, Ottawa, n. 67, p. 1-24, spring 2009.

GOMES, Angela Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos pessoais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, p. 121-127, 1998.

HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Contra capa; Faperj, 2012.

HOBBS, Catherine. Reenvisioning the personal: reframing traces of individual's life. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (ed.). **Currents of archival thinking**. Santa Barbara (CA): Libraries Unlimited, 2010, p. 213-241.

JENKINSON, Hilary. **A manual of archives administration**: including the problems with war archives and archives making. 2 ed. London: Percy Lund, Humphries & Co., 1937.

McKEMMISH, Sue. Evidence of me... **Archives and Manuscripts**, Canberra, v.1, n. 24, 1996.

MEEHAN, Jennifer. Rethinking original order and personal records. **Archivaria**, Ottawa, n. 70, p. 27-44, fall 2010.

MENNE-HARITZ, Angelika. Access – the reformulation of an archival paradigm. **Archival Science**, Dordrecht, v.1, p. 57-82, 2001.

PESSOA, Samuel Barnsley. O médico na luta pela paz (I) e (II). **Notícias de Hoje**, São Paulo, 4 e 5 de abril de 1956.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Trad. Nilza Teixeira Soares. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.